

POLÍTICA MONETÁRIA NO BRASIL NO REGIME DE METAS DE INFLAÇÃO

Gabrielle Mari de Oliveira (PIBIC/CNPq-FA-UEM), Eliane Cristina de Araújo Sbardellati (Orientadora), e-mail: elianedearaujo@gmail.com

Universidade Estadual de Maringá / Departamento de Ciências Econômicas

Ciências Sociais Aplicadas

Palavras-chave: Política monetária, Regime de Metas de Inflação, Economia Brasileira.

Resumo

Este trabalho teve como objetivo compreender o funcionamento da política monetária no Brasil após a implementação do Regime de Metas de Inflação (RMI). Para isso, foram utilizadas revisões bibliográficas de algumas obras que abordam o assunto, enfatizando os fundamentos teóricos do RMI de acordo com o modelo novo-clássico. Além disso, foram realizadas análises histórica e empírica, comparando como a economia se comportou em resposta as políticas monetárias adotadas depois do RMI no Brasil. Os resultados indicam que a política monetária além de ter efeitos questionários no que se refere ao controle de preços, traz resultados adversos para a economia, os quais decorrem do fato de que as tentativas de alcançar a meta de inflação levam a elevações da Selic, que impacta o crescimento da dívida pública, o crescimento econômico e o aumento do desemprego.

Introdução

No ano de 1999, a economia brasileira estava marcada pela desvalorização do real sobre a inflação e o fim do regime de câmbio semifixo, levando o governo a administrar a política monetária com base em metas para a inflação. Formalmente, em 21 de junho de 1999, o país adotou o Regime de Metas de Inflação (RMI). No Brasil, as metas são sugeridas pelo Ministro da Fazenda, porém decididas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) (CARVALHO, et.al., 2015).

Segundo as ideias deste autor, a finalidade da política monetária é a manutenção da taxa de inflação baixa e estável. Para seguir esse objetivo, é anunciada uma meta para a inflação e um horizonte de tempo para atingi-la. O Comitê de Política Monetária (COPOM) do Banco Central do Brasil tem de alcançar a meta de inflação pelo uso da taxa de juros de curto prazo (taxa Selic), que equilibra as reservas bancárias. Se no período a variação

anual do índice inflacionário estiver nos níveis previstos, a meta de inflação foi realizada com sucesso.

Isso posto, o objetivo deste trabalho é compreender o funcionamento da política monetária no Brasil após a implementação do Regime de Metas de Inflação (RMI). Para isso, é discutido o referencial teórico, enfatizando a importância da política monetária, as características do Regime de Metas de Inflação e a linha de pensamento que sustenta o Regime. Também, apresenta-se uma análise histórica e empírica do comportamento da economia brasileira após o RMI ser implantado.

Materiais e métodos

O trabalho apresenta uma revisão teórica de livros, artigos científicos e outros meios que possibilitam o entendimento da política monetária, a linha de pensamento que a sustenta ao Regime de Metas de Inflação e as características desse Regime.

Além disso, é feita uma análise histórica da política monetária no Brasil, caracterizando seu comportamento pré e pós-implantação do Regime de Metas de inflação.

Por fim, mostra uma pesquisa empírica por meio de dados, buscando informações dos efeitos da política monetária na economia brasileira. Sendo assim, é feito uma análise de algumas variáveis importantes ao Brasil nos anos de RMI, como: taxa de câmbio, inflação e as metas, resultado primário, taxa Selic, crescimento do PIB, dívida líquida do setor público, saldo da conta capital, financeira e das transações correntes.

Resultados e Discussão

Verifica-se, com base nos dados e análises deste artigo, que a política monetária tem sido pouco eficiente no controle inflacionário, causando grandes prejuízos à economia do Brasil. Eles ocorrem dadas as tentativas de alcançar a meta de inflação, que gera uma taxa Selic elevada, crescimento da dívida pública, queda do crescimento econômico e aumento do desemprego.

Como a Taxa Selic é o principal instrumento no RMI, é necessário que esta se eleve para conter a inflação, reduzindo os investimentos internos. Devido à relação com o mercado de títulos, o aumento da Selic torna mais custoso o pagamento de juros, aumentando a dívida pública do país.

Com a preocupação de controlar a inflação, o governo pode fazer políticas que prejudicam setores da economia, como no caso do governo Dilma, em que foram alterados os preços da energia elétrica e derivados de petróleo e conseqüentemente interferiram nos componentes do PIB, afetando o seu crescimento, como pode ser observado na Tabela 1.

Todos esses fatos são conseqüências da busca por uma inflação igual à meta estabelecida, ou pelo menos, abaixo do teto da meta. No entanto, em

vários anos verificaram-se altos níveis de inflação acima do teto ou com dois dígitos.

Tabela 1 Desempenho da inflação, Taxa Selic, dívida líquida do setor público (DLSP) e a taxa de crescimento no PIB entre 1999 e 2016.

ANO	Inflação - IPCA - (%)	Taxa Selic (%)	DLSP Interna	Taxa de crescimento do PIB (%)
1999	8,9	23,0	35.10	0.3
2000	6,0	16,2	36.50	4.3
2001	7,7	16,1	42.40	1.3
2002	12,5	17,7	44.70	3.1
2003	9,3	21,2	43.30	1.3
2004	7,6	15,1	42.63	5.7
2005	5,7	17,6	43.13	3.1
2006	3,1	14,1	46.30	4.0
2007	4,5	11,3	50.15	6.0
2008	5,9	11,8	49.76	5.0
2009	4,3	9,5	48.95	- 0.2
2010	5,9	9,3	48.06	7.6
2011	6,5	11,0	47.16	3.9
2012	5,8	8,2	46.18	1.8
2013	5,9	7,9	44.55	2.7
2014	6,4	10,4	44.67	0.1
2015	10,7	12,5	54,80	- 3.8
2016	6.3	13.75	61,30	- 3.6

Conclusões

De acordo com os resultados obtidos pode-se constatar que a política monetária além de ter efeitos questionários no controle de preços traz resultados adversos à economia, como baixos níveis de crescimento do PIB, aumento da dívida pública e elevada taxa de juros.

Por isso, seria necessário que o Regime de Metas de Inflação fosse mais flexível, dando a oportunidade às autoridades monetárias de controlar os preços e ao mesmo tempo investir no crescimento econômico.

Agradecimentos

À Prof.Dr^a. Eliane Cristina de Araújo Sbardellati, pela oportunidade, orientação e apoio na elaboração deste trabalho.

Aos meus pais, pelo incentivo e apoio.

À minha querida irmã que, pacientemente, cooperou na correção e revisão da redação.

À CNPq, pela bolsa de estudo, instrumento fundamental para a elaboração e conclusão deste trabalho.

E aos meus amigos, que me apoiaram e me ajudaram com dicas importantes para a finalização deste trabalho.

Referências

ARAUJO, E. L.; ARAUJO, E. C; FERRARI, F. **Monetary institutions and macroeconomic performance in Brazil after the inflation targeting regime**: theoretical aspects and empirical evidence. Conference 40 years of the Cambridge Journal of Economics. Cambridge, Inglaterra, 2016.

CARVALHO, F.J.C. et al. Novo consenso macroeconômico e regime de metas de inflação. In: _____. **Economia Monetária e financeira: Teoria e Política**. 3. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2015. Cap. 11. p. 149-171.

GIAMBIAGI, F. et al. **Economia Brasileira Contemporânea: 1945-2015**. 3. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

GREMAUD, A. P. et al. **Economia brasileira contemporânea**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

MODENESI, A. M. O regime monetário de metas de inflação e a dependência do Banco Central. **Regimes Monetários: Teoria e a Experiência do Real**. Barueri: Manole, 2005.